

Sindicato recupera mais de R\$ 27 milhões na Justiça e CCV

O Sindicato recuperou R\$ 27.832.811,51 em direitos trabalhistas descumpridos pelos Bancos, no ano passado. O valor corresponde a processos judiciais e acordos firmados nas Comissões de Conciliação Voluntária (CCV), ingressados e coordenados pelo Departamento Jurídico. Desse total, R\$ 22.189.100,11 foram resgatados na Justiça; e R\$

5.643.711,40 resultaram de conciliação.

Em comparação com 2014, quando foi recuperado R\$ 12.571.369,14, o Sindicato resgatou mais que o dobro. Esse crescimento expressivo ocorreu em função de duas ações coletivas vitoriosas: pré-contratação de horas extra de comissionados da Nossa Caixa e tíquetes na Caixa Fe-

deral, que movimentaram cerca de R\$ 11 milhões.

Balanço

Em 2015, o Departamento Jurídico participou de 483 audiências judiciais e 177 reuniões das CCVs. E mais: o Departamento ingressou 166 processos na Justiça; entre eles, 42 contra o Itaú, 39 contra o Banco do Brasil, 32 contra o Santander, 25

contra o Bradesco, 21 contra a Caixa Federal e sete contra o HSBC.

Mais uma vez os números mostram que a via judicial e a conciliação conseguem recuperar direitos da categoria não pagos pelos Bancos.

Atendimento: Os advogados prestam atendimento com hora marcada na sede e sedes do Sindicato. Agende sua consulta.

ESTATAIS

PLS 555 ameaça Caixa Federal 100% pública

O Projeto de Lei do Senado 555, que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais, tramita neste momento na Câmara Alta do Congresso Nacional. Nos dias 16 e 17 de dezembro passado teve início a votação, que deve ser retomada em fevereiro. Em protesto contra o nefasto PLS, as centrais sindicais (entre elas, a CUT), os sindicatos (entre eles, os bancários de Campinas) e outras entidades representativas dos trabalhadores, realizaram manifestação no último dia 12 em frente ao prédio da matriz da Caixa Federal, em Brasília, data em que a instituição financeira completou 155 anos de fundação.

Apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), como incentivo à retomada do crescimento econômico do país, e parte integrante da chamada Agenda Brasil, o PLS 555 torna as empresas públicas federais, estaduais e municipais e sociedades de economia mista em S.A. (sociedade anônima); entre elas, a Caixa Federal.

O PLS 555, na prática, pavimentou o caminho da privatização; significa retrocesso ao proibir os conselheiros, eleitos pelos trabalhadores das empresas públicas, de participação partidária e sindical. O PLS 555 flexibiliza as regras para que uma estatal feche um contrato sem licitação. Isso vale para as chamadas estatais do se-



27 de fevereiro de 2015: Dia Nacional de Luta

tor produtivo, ou seja, que competem com empresas privadas, assim como a Caixa Federal e o Banco do Brasil.

O PLS 555 obriga as empresas públicas a seguirem regras de governança e controle proporcionais à relevância e ao risco do negócio. Em outras palavras, aumento da interferência de acionistas sobre as empresas públicas. O projeto determina que estatais como a Petrobras, por exemplo, trabalhem apenas com as chamadas ações ordinárias na bolsa; isto é, que dão direito a voto aos acio-

nistas.

Mensagem aos senadores

A exemplo da mobilização em defesa da **Caixa 100% pública**, deflagrada no início de 2015, logo após o governo federal anunciar a abertura de capital, é preciso reagir. Envie mensagem aos senadores. Sugestão de texto: "Senador. Defenda os trabalhadores. Rejeite o PLS 555". Acesse o site do Sindicato e confira a relação de e-mails dos senadores. Abrace essa luta. Defenda o patrimônio público.

Histórico

O PLS 555/2015, que institui a Lei de Responsabilidade das Estatais, foi criado por comissão mista presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Tem 94 artigos e incorpora propostas que já se encontravam em tramitação no Senado, como o substitutivo ao PLS 167/2015, do próprio Jereissati, o PLS 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG) e o anteprojeto apresentado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros.

Júlio César Costa

Assembleia aprova orçamento de 2016

Reunidos em assembleia na sede do Sindicato, no dia 3 de dezembro último, os bancários aprovaram a Previsão Orçamentária de 2016. Confira o resumo.

Resumo da Previsão Orçamentária de 2016	
Receita	R\$
Contribuição sindical	1.208.231,58
Mensalidades	3.404.489,00
Rendimentos de aplicações financeiras	464.135,61
Contribuição assistencial	328.940,27
Reversões diversas	1.217.885,00
Total da Receita	6.623.681,46
Despesa	R\$
Diretoria	543.859,00
Despesas com Pessoal	1.841.713,50
Infraestrutura	759.498,57
Despesas com veículos	245.829,94
Despesas financeiras	9.887,62
Jurídico	414.571,17
Contribuições para outras entidades	235.934,58
Atividades gerais	478.901,15
Imprensa e Divulgação	256.892,54
Cultura, esporte, lazer e outros	438.518,15
Clube	628.249,73
Despesas com assessoramento	134.784,90
Campanhas salariais	535.000,00
Subsedes	57.392,58
Total da Despesa	6.581.033,43

Sindicato dos Bancários CUT Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO
 PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA
 JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)
 DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA
 IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES
 SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.
 FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602
 CLUBE: (19) 3251-3718
 SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869
 AMPARO: (19) 3807-6164
 MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993
 SJV VISTA: (19) 3622-3514
 INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR
 E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR
 TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES
 FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

Sindicatos e Fenaban retomam debate sobre saúde

Júlio César Costa

Os sindicatos propuseram à Fenaban durante a primeira reunião da mesa temática de Saúde do Trabalhador depois da Campanha Nacional, realizada no dia 9 de dezembro último em São Paulo, debate mais aprofundado de todos os temas. O diretor de Saúde do Sindicato, Gustavo Frias, representou a Federação dos Bancários de SP e MS na mesa.

Entre os temas abordados, Programa de Reabilitação Profissional (cláusula 46ª da Convenção Coletiva de Trabalho), GT de Análise dos Afastamentos, que agora será permanente, e Programa de Desenvolvimento Organizacional para Melhoria Contínua das Relações de Trabalho (cláusula 58ª da CCT), conquista da campanha deste ano. Cabe destacar que a mesa irá discutir também o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat).

A Fenaban assumiu compromisso em apresentar o calendário de reuniões em 2016 da mesa de Saúde e da avaliação do Protocolo para Prevenção de Conflitos no Ambiente do Trabalho (cláusula 57ª). Os sindicatos querem que as reuniões sejam realizadas no período das 9h às 17h. “O



Mesa temática

objetivo em promover reuniões mais longas é debater cada tema com mais profundidade. Além disso, o tempo mais dilatado irá possibilitar a conclusão das propostas até maio de 2016, antes da abertura do processo de negociação da Campanha Nacional com a Fenaban”, esclarece o diretor Gustavo. Segundo ele, a prioridade número um é a prevenção. “Para impedir o adoecimento é necessário melhores condições de trabalho”.

Assédio moral: Protocolo renovado

Os sindicatos e a Fenaban renovaram no dia 7 de dezembro passado o Protocolo para Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho (cláu-

sula 57ª da CCT), conquistado na Campanha de 2010. Inclusive foi mantido o compromisso assumido pelos Bancos em 2014 para que o “monitoramento de resultados ocorra com equilíbrio, respeito e de forma positiva para prevenir conflitos nas relações de trabalho”.

Caso isso não aconteça, o bancário poderá apresentar denúncia de assédio moral ao Sindicato que, por sua vez, irá encaminhar ao Banco. A resposta deve ser dada no prazo de até 45 dias.

Hoje, o Sindicato tem aditivo à CCT sobre o Protocolo com 10 bancos: Itaú, Bradesco, Santander, HSBC, BB, Caixa Federal, Citibank, Safra, BcBanco e Votorantim.

ITAÚ

Sindicatos cobram compromisso com emprego

O tema emprego norteou a reunião entre os sindicatos e o Itaú, realizada no dia 16 de dezembro último, na sede da Contraf-CUT em São Paulo. Em resposta ao pedido dos sindicatos, apresentada na reunião realizada no dia 26 de novembro, o Itaú informou que no período de 1º de janeiro a 8 de dezembro (data de fechamento da folha de pagamento) foram demitidos 8.529 bancários no país. O diretor do Sindicato e secretário de Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT, Mauri Sérgio, participou da reunião.

Para o Itaú o número de desligamentos não difere do registrado em 2014: 9.049 funcionários. Os dados re-passados pelo Itaú serão analisados pelos representantes dos bancários; em algumas localidades, os números do Itaú divergem dos computados pelos sindicatos.

Agências fechadas e abertas
Em 2015 foram fechadas 142 agências e abertas 35, envolvendo 1.045 ban-

cários no processo; 87% foram realocados. Em função disso, os sindicatos reivindicaram manutenção da Central de Realocação. Para os sindicatos, o elevado número de agências fechadas é decorrente da aposta do Itaú nas chamadas agências digitais. O que, aliás, foi reafirmado pelo Itaú, que destacou ser essa a tendência do mercado. O Itaú destacou também que aposta no diálogo com os representantes dos bancários.

Para o Banco das famílias Setubal, Vilella e Moreira Salles, o ano de 2016 será difícil, dado a atual crise vivida pelo país. O Itaú chora de barriga cheia. Nos nove primeiros meses de 2015 lucrou R\$ 18,059 bilhões; alta de 20,7% em relação ao mesmo período de 2014. Portanto, não haveria necessidade de demitir.

Saúde: O novo modelo de convênio médico foi outro ponto debatido. O Itaú informou que desde 1º de dezembro último os novos contratados têm um novo modelo de convênio, nos moldes da

ANS, com uma tabela que segue a faixa etária de cada dependente individualmente. “É uma notícia ruim para os trabalhadores, porque tem dois tipos de convênios médicos na empresa. Nós somos contra o novo modelo, defendemos o modelo familiar, que agrega a todos”, avalia Jair Alves, coordenador da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú.

Agir: Como anunciado na reunião realizada no dia 26 de novembro passado, o Itaú aceitou a proposta dos sindicatos em não computar o período de greve no cálculo do Agir (programa de remuneração variável). “Os dias parados não serão computados no fechamento das metas. O Banco também está contando 11 meses e não 12. Assim, desconta as férias dos bancários”, destaca o diretor do Sindicato e da Contraf-CUT, Mauri Sérgio.

Os sindicatos e o Itaú definiram que o tema emprego será discutido em reuniões trimestrais. **Fonte:** Contraf-CUT

Banco do Brasil reestrutura área de serviços e infraestrutura

O Banco do Brasil apresentou aos sindicatos, durante reunião em Brasília realizada no último dia 7, a reestruturação na VISIN (Vice-Presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações), com a criação de sete novos centros e centralização de serviços. A reestruturação envolve as principais localidades onde já existem os grandes centros de serviços e logística e, praticamente, todos os locais com plataformas PSO. O presidente do Sindicato, Jeferson Boava, parti-

cipou da reunião.

O BB informou que serão criados diversos cargos. Porém, haverá movimentação de pessoal em várias localidades; as praças mais atingidas serão: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

O modelo de reestruturação foi apresentado aos funcionários no último dia 8. Segundo o cronograma, a

implantação deve ocorrer já neste mês de janeiro. E no sistema ARH será disponibilizado o quadro real de aumento ou redução de vagas em cada praça.

Os sindicatos solicitaram ao BB a prorrogação dos prazos, a apresentação de números mais detalhados de cada praça, a garantia de manutenção de praça e remuneração aos funcionários envolvidos, com critério claros nas movimentações e o aproveitamento prioritário nas vagas de as-

sessão profissional. Os sindicatos solicitaram também que, após a rodada de movimentações, caso não haja aproveitamento e realocação total em cada praça, seja implantado VCP de reestruturação com prazo mínimo de um ano. Os sindicatos solicitaram ainda uma nova reunião no dia 20 deste mês de janeiro para avaliação do processo e apresentação da real necessidade de movimentações em cada praça.

Fonte: Contraf-CUT

MESA TEMÁTICA

Sindicatos e BB iniciam debate sobre ascensão profissional

Os sindicatos e o Banco do Brasil instalaram no dia 8 de dezembro último a mesa temática sobre Ascensão Profissional, prevista na cláusula 55ª do Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Temas como encarecimento, transparência e melhorias nos critérios dos processos seletivos em todas as unidades nortearam a reunião. Deborah Negrão de Campos, diretora do Sindicato, participou da mesa como representante da Federação dos Bancários de SP e MS. Além de integrantes da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEE), a mesa contou também com a participação de bancários de base convidados pelas federações e sindicatos.

Os representantes dos funcionários propuseram melhorias no TAO, criação de bolsas de seleção em vários níveis gerenciais e, sobretudo, ideias que possam melhorar a transparência nos processos. Foram sugeridas mais transparência na abertura de vagas, com prazo definido para as nomeações e a divulgação dos resultados

para que os concorrentes tenham as informações de conclusão de cada etapa de uma seleção.

Os representantes dos funcionários propuseram também redução da subjetividade em processos seletivos, aperfeiçoando o mapeamento das competências e da análise dos perfis para cada cargo. Já os bancários convidados citaram vários exemplos de seleções que poderiam ser melhores conduzidas e houve a proposta de inclusão da Gepes nos processos que envolvam prefixos maiores.

Caixas: Uma das prioridades levantadas foi o equacionamento das nomeações de caixas em substituição por mais de 90 dias.

Mulher: A questão da equidade de gênero também foi levantada: mais nomeações em cargos estratégicos. Na próxima reunião, o BB vai apresentar dados sobre as nomeações de mulheres.

Greve: Outro ponto bastante citado e que será debatido também nas próximas reuniões diz respeito aos pro-



Guina Ferraz

Sindicatos e BB instalam mesa sobre ascensão profissional

cessos de seleção em que, velada ou diretamente, alguns gestores têm usado os códigos de greve para preferir concorrentes em seleções. Os representantes dos funcionários querem debater também a inibição do acesso ao ponto de greve.

Avaliação: Para a diretora Deborah Negrão de Campos, “o debate na mesa foi rico, com destaque para a participação de bancários de base, que apresentaram a vivência, o dia a

dia dentro das unidades. Inclusive demonstraram a insatisfação quanto ao processo de ascensão profissional, principalmente em decorrência da subjetividade e falhas nos chamados “feedbacks”.

Reunião: Estão previstas mais duas reuniões da mesa nos meses de fevereiro e abril. A mesa tem prazo de 120 dias para concluir seu trabalho, conforme prevê a cláusula 55ª do Aditivo à CCT.

Fonte: Contraf-CUT

CAIXA FEDERAL

Contraf-CUT quer plebiscito sobre deficit do Reg/Replan

A Contraf-CUT e a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Federal (CEE) solicitaram à Funcef e ao Conselho Deliberativo da Fundação a realização de plebiscito entre os participantes do Reg/Replan, visando definir qual regra deve ser aplicada para equacionar o deficit. Em ofício ao presidente da Funcef, Carlos Caser, e do Conselho Deliberativo da Fundação, Joaquim Lima de Oliveira, encaminhado no dia 16 de dezembro último, a Contraf-CUT e a CEE solicitaram também uma campanha de esclarecimento antes da consulta.

No documento encaminhado à Fun-

dação e ao Conselho Deliberativo, as entidades representativas dos empregados participantes destacam que depois do anúncio das novas regras quanto à solvência dos planos dos fundos de pensão, e ao prazo para equacionamento do deficit, aprovadas no dia 25 de novembro pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), aumentou a apreensão dos empregados. E acrescentam: “Trata-se de uma questão que impacta a vida de mais de 64 mil participantes, entre ativos, aposentados e pensionistas. Por isso, é necessário propiciar aos associados do Reg/Replan um deba-

te transparente sobre o saneamento do deficit”.

A aplicação das novas normas é opcional para os planos de equacionamento que foram elaborados em 2015 para resultados contabilizados no exercício de 2014. Já para deficits a partir deste ano a regra é obrigatória. “É urgente que haja essa definição e é essencial que a Funcef ofereça ampla informação aos participantes e assistidos do Reg/Replan. Afinal, eles serão responsáveis por pagar metade do valor definido para o equacionamento do deficit”, afirma Fabiana Matheus, coordenadora da CEE/Caixa.

Fonte: Contraf-CUT com Fenae

BC aprova venda do HSBC para Bradesco

O Bradesco e o HSBC informaram no último dia 5 que o Banco Central (BC) aprovou a venda das operações do HSBC Brasil para o Bradesco. A conclusão da operação está sujeita, ainda, à aprovação dos demais órgãos reguladores competentes, dentre eles o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e ao cumprimento das formalidades legais.

Em seu comunicado, o HSBC alerta que “neste momento não haverá nenhuma mudança no HSBC Brasil ou no dia a dia das nossas operações e nossos colaboradores devem continuar trabalhando normalmente”.

Mobilização, unidade e compromisso do Banco do Brasil para soluções na Cassi

O futuro da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) foi um dos temas mais debatidos ao longo de 2015. Diante dos crônicos problemas apresentados e que vinham sendo contornados com receitas extras - em 2014 a Cassi apresentou deficit de R\$ 107 milhões no Plano de Associados -, os sindicatos cobraram do Banco do Brasil a abertura de processo de negociação, durante mesa permanente realizada no dia 25. Reivindicação atendida, as negociações específicas se iniciaram, desdobrando-se em diversas rodadas.

No dia 12 de maio aconteceu a primeira reunião específica, que contou com a participação de **todas as entidades representativas dos ativos e aposentados**; entre elas, ContraFUT, Federação dos Bancários de SP e MS, sindicatos, Anabb, Aafbb, Federação dos Aposentados/Faabb, Afabb/SP e Contec. Os representantes dos associados apresentaram as premissas para uma Cassi sustentável: manutenção do princípio da solidariedade, custeio de eventuais deficits pelo patrocinador, responsabilidade com aposentados e investimento para implantação de novo modelo de saúde e de gestão. Inclusive, cabe lembrar, essas premissas foram aprovadas no 26º Congresso Nacional dos Funcionários realizado entre os dias 12 e 14 de junho (informações no site).

E mais: as entidades de ativos e aposentados defenderam a proposta elaborada pelos representantes eleitos para a Cassi, que prevê a adoção do Modelo de Atenção Integral à Saúde, baseado na Estratégia Saúde da Família (ESF). Experiências no Canadá e na Inglaterra, por exemplo, mostraram que é possível até a redução dos custos ao longo dos anos, sem prejuízo aos participantes.

A segunda rodada aconteceu no dia 19 de maio, data em que foi apresentada a proposta do BB pelo então Diretor de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas, Carlos Neri. A proposta contém três partes e sugere a criação de um fundo para o pagamento do compromisso com os aposentados (mais informações no site ou na edição nº 1447 deste jornal, de 25/05/15).

Sindicato realiza Plenária

Para que o debate não ficasse restrito aos representantes dos associados e BB, num momento importante

de discussão sobre questões que afetam todos os funcionários, o Sindicato organizou uma plenária na sede no dia 29 de junho, que contou com a participação do diretor de Saúde e Rede de Atendimento, William Mendes, eleito pelos associados, e do Gerente da Cassi São Paulo, Mário Jorge Vital. A plenária indicou como fundamental a manutenção dos princípios da solidariedade, custeio de eventuais deficits pelo patrocinador, responsabilidade com aposentados e investimento para implantação de novo modelo de saúde e gestão.

Antes da abertura do processo de negociação da Campanha Nacional da categoria, os representantes dos ativos e aposentados e o BB se reuniram no dia 4 de setembro para discutir medidas emergenciais, visando garantir o atendimento. As medidas adotadas evitaram o gasto total das reservas livres nos quatro meses seguintes. “Em fevereiro deste ano, no entanto, as reservas se esgotam e o BB tem a obrigação de antecipar contribuições”, observa o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, que tem participado das reuniões com o BB.

Encerrada a Campanha Nacional, as reuniões sobre a Cassi foram retomadas nos meses de novembro e dezembro. Na reunião realizada no dia 3 de dezembro, os representantes dos ativos e aposentados apresentaram várias propostas para assegurar o bom funcionamento, sem corte de programas ou de atendimento (mais informações no site). Além disso, se posicionaram contra a proposta do fundo apresentada pelo BB e cobraram uma resposta sobre a possibilidade do Banco investir nos projetos em desenvolvimento na Cassi, que contemplam as propostas já apresentadas na mesa sobre a ampliação do modelo de atenção integral à saúde. Os representantes dos ativos e

aposentados cobraram também a validação e conclusão da parte do projeto elaborado pela Cassi, que dependia das diretorias indicadas pelo BB. Os representantes do BB informaram que estavam sendo realizados estudos sobre os investimentos e projetos e que a resposta poderia ser dada nas próximas reuniões.

Em nova reunião realizada no dia 21 de dezembro, os representantes dos associados cobraram respostas sobre a finalização dos projetos que compõem as ações estruturantes e também referentes aos investimentos para viabilizar os projetos de sustentabilidade, apresentados durante o processo de negociação. Cobraram ainda a conclusão dos projetos em relação a sua precificação e a projeção de ganhos com a implementação que, segundo o BB, estava em estudo. De acordo com o Banco, houve impasse sobre precificação do projeto. O projeto foi apresentado há quase um ano, mas o BB tem adiado a validação dos cálculos, que são de responsabilidade da área financeira da Cassi, cujo diretor é indicado pela instituição financeira.

Fundo do BB: não é saída

Para o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, o fundo proposto pela BB não vislumbra uma Cassi sustentável. “Não é a saída. É chegada a hora do BB, que adotou uma política regressiva de salário e direitos, contribuir mais, assumir compromissos. O seu papel não é apenas contabilizar lucros. É possível aportar mais recursos, sem aumentar a contribuição dos participantes, sem prejudicar o atendimento. Inclusive é possível até ampliar os direitos dos associados”.

Jeferson destaca, no entanto, que não basta os representantes dos ativos e aposentados apresentarem pro-

postas e exigir soluções do BB. “É fundamental o envolvimento, a mobilização dos associados. A pressão dos funcionários fortalece os seus representantes na mesa”.

Sindicato é contra aumento da contribuição

Três das entidades que participam das negociações representando os associados (Anabb, Faabb, Aafbb) decidiram apresentar proposta que propõe aumento de 54% nas contribuições dos associados e do patrocinador. “Propor aumento das contribuições pode abrir um precedente perigoso ao transferir aos associados a conta do deficit, pois o Banco do Brasil se nega a aumentar as contribuições da parte patronal, principalmente aquelas referentes aos já aposentados, pela obrigação de provisionar em balanço estimativa com gasto desse grupo. Somos contra essa proposta”, destaca o presidente do Sindicato, Jeferson Boava. Segundo ele, é decisiva a unidade dos associados e seus representantes “Com a participação ativa e mobilização de todos pode-se fortalecer as negociações para se alcançar um bom termo”.

O presidente do Sindicato destaca ainda o fato do BB estar analisando o projeto que vem ao encontro das reivindicações dos associados - focando em ações que contemplem a saúde integral, e priorizam a sustentabilidade da Cassi -, qualquer proposta de aumento de contribuição pode apenas indicar medidas paliativas, que afetam a todos os associados, mas definitivamente não atinge o cerne do problema. “O BB deve arcar com os custos do projeto que deve ter fases de implementação definidas e avaliação em cada uma delas, com a participação de todos os representantes dos associados, para ajustes”.

Jeferson Boava lembra ainda que, conforme previsto no estatuto da Cassi, “o BB deve antecipar as contribuições da parte patronal para recompor as reservas. Com a implementação do projeto, reabrir fase a fase o processo e suas necessidades de readequação, reestabelecendo desta forma a saúde financeira da Caixa de Assistência”.

Rodada dia 19

Nova rodada de negociação está marcada para o dia 19 deste mês de janeiro, com a participação de todas as entidades representativas dos associados ativos e aposentados.



Guina Ferraz